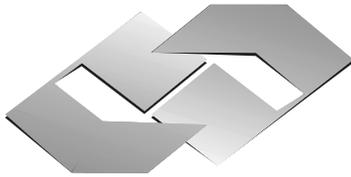




CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N° 001 /2007
CEPISA
(COMPANHIA ENERGÉTICA

DO PIAUÍ)



CONSULPLAN CONSULTORIA Ltda.
www.consulplan.net
atendimento@consulplan.com

SEMPRE EM NOSSA ORDEM

INSTRUÇÕES

- 01 - Material a ser utilizado: caneta esferográfica azul ou preta. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado, devidamente identificado com etiqueta.
- 02 - Não é permitido consulta, utilização de livros, códigos, dicionários, apontamentos, apostilas, calculadoras e etc. Bips e telefones celulares, devem ser mantidos **desligados**, ou qualquer outro material. É expressamente proibido ao candidato entrar ou permanecer com armas no local de realização das provas. Caso o candidato detenha o porte legal de arma e esteja de posse da mesma; deverá entregá-la na Coordenação, buscando-a ao término das provas.
- 03 - Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e nem fumar.
- 04 - A duração da prova é de 03 (TRÊS) horas, já incluído o tempo destinado à identificação - que será feita no decorrer da prova - e ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO).
- 05 - Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, **podendo** antes e depois da entrada no sanitário sofrer revista através de detector de metais. Ao término da prova ao sair da sala, não poderá utilizar os sanitários. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.
- 06 - O caderno de provas consta de 40 (QUARENTA) questões objetivas de múltipla escolha. Leia atentamente e marque apenas uma alternativa.
- 07 - As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com cinco opções (A a E) e uma única resposta correta.
- 08 - Deve-se marcar na FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO) apenas uma opção em cada questão, com caneta azul ou preta, SEM RASURAS, SEM AMASSÁ-LA, SEM PERFURÁ-LA. Caso contrário, a questão será anulada.
- 09 - Ao terminar a conferência do caderno de provas, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. Inclusive devendo o candidato verificar se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de provas na parte superior esquerda da folha nº 02.
- 10 - Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe, única e exclusivamente ao candidato, interpretar e decidir.
- 11 - O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas **após 90 (noventa) minutos** de seu início e só poderá levar o Caderno de Provas no decurso da **última hora** anterior ao horário previsto para seu término.
- 12 - É proibida a reprodução total ou parcial deste material, por qualquer meio ou processo, sem autorização expressa da **Consulplan Consultoria**. Em nenhuma hipótese a **Consulplan Consultoria** informará o resultado por telefone.
- 13 - A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar na anulação da prova do candidato.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais **preliminares** das provas objetivas serão divulgados na Internet, no site www.consulplan.net às 14h00min do dia subsequente ao da realização da prova escrita.
- Os recursos deverão ser apresentados conforme determinado no **item 09** do Edital 001/2007, não esquecendo, principalmente dos seguintes aspectos:
 - a) Caberá recurso contra questões das provas e contra erros ou omissões no gabarito, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas ininterruptas**, iniciando-se às **14:00 horas do dia 30 de Julho de 2007, encerrando-se às 14:00 horas do dia 01 de Agosto de 2007**.
 - c) A interposição de recursos **somente** poderá ser feita **via internet**, através do **Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos**, com acesso pelo candidato com o fornecimento de seu CPF, apenas no prazo recursal, à **Consulplan Consultoria**, conforme disposições contidas no site www.consulplan.net, no link correspondente ao Concurso Público.
 - b) A decisão proferida pela Banca Examinadora tem caráter irrecorrível na esfera administrativa, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
 - d) Serão rejeitados os recursos não fundamentados, enviados via postal, via fac-símile (fax) e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato.

CARGO

O: ASSISTENTE SOCIAL

TEXTO:

Chuchu

Joanita, em sua última carta escrita de Haia: “Mas que saudades de chuchu com molho branco”.

[...]

CONCURSO PÚBLICO – CEPISA (COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ)

Eu sei que toda gente despreza o chuchu, a coisa mais bestinha que Deus pôs no mundo, cucurbitácea reles que medra em qualquer beirada de quintal. Não tenho também nenhuma ternura especial pelo chuchu, mas já reparei que há uma certa injustiça em considerar insípido um prato que é insípido só porque raras são as cozinheiras que sabem prepará-lo.

Sei ainda que os médicos nutricionistas banem o chuchu de todas as suas dietas, dizem que o chuchu não vale nada, é uma mistura de água e celulose, desprovida de qualquer vitamina ou sal. O chuchu é meu eterno pomo da discórdia com meu querido amigo Dr. Rui Coutinho. Quando ele desfaz do chuchu em minha presença, salto logo em defesa do humilde caxixe. Argumento assim: “Antigamente, antes da descoberta das vitaminas, se dizia o mesmo da alface, mas o sabor da planta, a boniteza de sua folha verdinha, ou talvez o instinto secreto da espécie sempre levaram o homem a comer a aristocrática *Lactuca sativa*. Um dia se descobriu que a alface é rica em vitamina A, cálcio e ferro. Então a alface deixou de ser água e celulose, e entrou nos *menus* autorizados e recomendados pelos nutricionistas.

Quem me dirá que um dia, próximo ou distante, não se descobrirá no chuchu um elemento novo, indispensável à economia orgânica? O que me parece inexplicável é que os brasileiros persistamos em comer sem quase nenhum deleite essa coisinha verde e mole que se derrete na boca sem deixar vontade de repetir a dose.”

Rui Coutinho sorri cético.

Enquanto isso, na Holanda, Joanita, podendo comer os pratos mais saborosos do mundo, tem saudade é de chuchu com molho branco. Que desforra para o chuchu!

(BANDEIRA, Manuel. IN: *Quadrante*. 2ed. Rio de Janeiro: Ed. Do Autor, 1963.p. 165-7)

01) O uso, pelo autor, da expressão “pomo da discórdia”, tem ligação com:

- A) Pomo-de-Adão, que se refere a uma parte da garganta.
- B) Pomo, que se refere a “*citrus adan*”, planta da família das rutáceas.
- C) Uma passagem da mitologia grega.
- D) Ponto final de um desacordo.
- E) Diálogo amistoso.

02) “Cucurbitácea reles” é citado pelo autor no texto. Assinale a opção correta correspondente ao sublinhado no enunciado:

- A) É uma referência ao fato do chuchu ser muito comum.
- B) O sublinhado é o nome científico do chuchu.
- C) É a maneira do autor menosprezar o legume.
- D) Refere-se ao fato do chuchu não possuir vitamina A e nem cálcio.
- E) Refere-se ao fato do chuchu ser insípido.

03) “Rui Coutinho sorri cético”. A palavra *cético* significa:

- A) Ímpio.
- B) Ateu.
- C) Descrente.
- D) Extraordinário.
- E) Singular.

04) “... indispensável à economia orgânica”. É correto afirmar que o sinal gráfico empregado na palavra destacada nesta frase é denominado:

- A) Acento agudo.
- B) Acento grave.
- C) Crase.
- D) Acento circunflexo.
- E) Trema.

05) Silepse é uma concordância anormal feita com a idéia que se faz do termo e não com o próprio termo. Há um exemplo de silepse em:

- A) “Eu sei que toda gente despreza o chuchu...”
- B) “... cucurbitácea reles que medra em qualquer beirada de quintal”.
- C) “... os médicos nutricionistas banem o chuchu de todas as suas dietas...”
- D) “O que me parece inexplicável é que os brasileiros persistamos em comer sem quase...”
- E) “Então a alface deixou de ser água e celulose...”

06) “Sei ainda que os médicos nutricionistas banem o chuchu de todas as suas dietas, dizem que o chuchu não vale nada...” Considerando-se as formas verbais presentes neste período, é correto afirmar que:

- A) Uma delas pertence a verbo da terceira conjugação.
- B) Duas delas pertencem a verbos da primeira conjugação.
- C) Duas delas estão empregadas em tempo pretérito.
- D) Todas elas estão empregadas em forma plural.
- E) Uma delas está empregada em tempo futuro.

07) “Quando ele desfaz do chuchu em minha presença, salto logo em defesa do humilde caxixe”. A palavra sublinhada na frase anterior, estabelece entre as orações uma relação de:

- A) Causa.
- B) Conclusão.
- C) Conseqüência.
- D) Tempo.
- E) Oposição.

08) Apenas uma das frases abaixo, está totalmente correta quanto à ortografia. Assinale-a:

- A) A vagem é mais insípida que o chuchu.
- B) O eminente Dr. Rui Coutinho não acreditava nas propriedades vitamínicas do chuchu.
- C) A jaboticaba e o abiu são frutas tropicais.
- D) Meus amigos fizeram uma viagem à Europa.
- E) É longo o trageito e pequeno o tempo para percorrê-lo.

09) Em todas as frases abaixo, as conjunções que iniciam as orações destacadas têm o mesmo valor semântico, EXCETO:

- A) “Eu sei que toda a gente despreza o chuchu...”
- B) “... mas já reparei que há uma certa injustiça...”
- C) “... dizem que o chuchu não vale nada...”
- D) “... são raras as cozinheiras que sabem prepará-lo”.
- E) “Um dia se descobriu que a alface é rica de vitamina A, cálcio e ferro”.

10) Assinale a alternativa que é frase, mas NÃO é oração:

- A) “Mas que saudades do chuchu com molho branco”.
- B) “Não tenho também nenhuma ternura especial pelo chuchu...”
- C) “Sei ainda que os médicos nutricionistas banem o chuchu de todas as suas dietas...”
- D) “Antigamente, antes da descoberta das vitaminas, se dizia o mesmo da alface, mas o sabor da planta...”
- E) “Quem me dirá que um dia, próximo ou distante, não se descobrirá no chuchu um elemento novo, indispensável à economia orgânica?”

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11) No que se refere ao conjunto de estratégias utilizadas pelo Serviço Social para operacionalizar a sua intervenção na realidade social, numa concepção dialético crítica, é INCORRETO afirmar que:

- A) Partir de uma concepção que vê a realidade e os sujeitos sociais que a constituem e por ela são constituídos como unidades dialéticas, pressupõe uma nova forma de olhar, tratar e utilizar os instrumentais.
- B) É preciso analisar com profundidade as contradições que se ocultam ou se fetichizam na realidade, superando a pseudoconcreticidade para propor uma intervenção que tenha alcance e efetividade.
- C) Falar em análise de realidade como primeiro, constante e contínuo movimento não significa interpretá-la a partir da totalidade com suas múltiplas e articuladas determinações, que envolvem aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos.
- D) Analisar, interpretar em conjunto com os sujeitos usuários a realidade da qual somos parte já constitui processo interventivo.
- E) Somente a partir de uma análise conjunta podemos ressignificar espaços, pensar coletivamente alternativas de enfrentamento, redescobrir potencialidades, associar experiências, buscar identificações, dar visibilidade às fragilidades para tentar superá-las, desvendar bloqueios, processos de alienação, revigorar energias, vínculos, potencial organizativo, reconhecer espaços de pertencimento.

12) Nas últimas décadas, o Serviço Social, como profissão materializou novas conquistas teórico-práticas e ético políticas. Sobre estas, é correto afirmar que:

- A) A crítica às velhas concepções tradicionais e conservadoras não são determinantes do processo que levou o Serviço Social a construir e consolidar uma outra concepção que considera os elementos contextuais exteriores à prática profissional, vinculada aos seus papéis sócio-ocupacionais, que estão determinados pelas contradições histórico-sociais.
- B) O elemento privilegiado nesta nova concepção de Serviço Social é a compreensão de sua emergência como profissão não como resultante das relações sociais, mais sim de interesses capitalistas.
- C) O Serviço Social passou a ser visto como profissão, como uma atividade prática mediadora no seio da prática social, no conjunto dos mecanismos constitutivos de um projeto de controle social de bases políticas e sociais definidas.
- D) O conjunto de novas configurações e demandas para a atuação dos Assistentes Sociais não requer a ruptura com as atividades rotineiras e burocráticas mas sim, a redução do trabalho ao cumprimento de atividades pré-estabelecidas.
- E) A partir daí a profissão buscou romper com as fundamentações tradicionais e conservadoras, reafirmando um novo perfil que, entretanto, não substituiu o perfil predominante histórico do Assistente Social que implementa e executa, de forma terminal, as políticas sociais e que atua diretamente com a população usuária.

13) O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é provisão não contributiva da Assistência Social, assegurada pela Constituição Federal, ao estabelecer o campo da seguridade social (art.203 e 204). Acerca disso, é correto afirmar que:

- A) Ao compor o conjunto de garantias da Assistência Social, este benefício materializa-se como medida da seguridade social, por sua vez, cumprindo objetivos de proteger segmentos em situação de vulnerabilidade.
- B) O BPC se efetiva mediante transferência de renda, no valor mensal de meio salário mínimo às pessoas idosas e às pessoas com deficiência sem meios de prover a sua sobrevivência.
- C) É financiado com recursos da União alocados no Fundo Nacional de Assistência Social, está sob a coordenação do órgão gestor federal da política de Assistência Social e é operacionalizado pelos Conselhos Municipais de Assistência Social, mediante convênios.
- D) A Lei Orgânica da Assistência Social – 8.742/LOAS regulamentou o assunto, em 1993, estabelecendo como critério de elegibilidade a renda per capita inferior a um salário mínimo, associada à incapacidade para a vida independente e para o trabalho com relação à pessoa com deficiência e a definição da idade do idoso – primeiramente, a partir de 70 anos, depois a partir de 67 anos (1998), sendo atualmente a partir de 65 anos (2004), conforme garantido pelo Estatuto do Idoso.
- E) O BPC começou a ser concedido somente a partir 1993.

14) A partir da consolidação do conceito de saúde onde são determinantes e ingredientes sociais do processo saúde/doença, as condições de habitação, educação, lazer, transporte, trabalho e outras áreas da vida humana, o Assistente Social deve, EXCETO:

- A) Contribuir na direção da objetivação dos direitos sociais e na construção de novos sujeitos coletivos que realizem seus direitos.
- B) Contribuir para o processo de centralização de gestão e de atendimento visando garantir o controle social no desenvolvimento das ações de saúde.
- C) Explicitar que a ausência de trabalho, educação, saneamento básico, habitação e alimentação adequada, cultura e lazer no cotidiano significam ausência de saúde.

CONCURSO PÚBLICO – CEPISA (COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ)

- D) Colocar os reais interesses e necessidades dos usuários dos serviços de saúde no centro da discussão.
- E) Mediar a discussão do que está sendo vivenciado pela população, como por exemplo, a qualidade, os critérios e as exigências para o acesso às ações, serviços e rotinas de saúde, com o que está assegurado formalmente.
- 15) As perspectivas atuais da política de Assistência Social propõem a construção de sistema único que assegure serviços, programas, projetos e benefícios organizados numa estrutura integrada nacionalmente e ao mesmo tempo descentralizada, participativa e democrática. Sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é correto afirmar que:**
- A) Reforça a concepção de que mesmo um sistema de proteção social de caráter nacional não pode ser descentralizado pois prescinde da captação das diferenças regionais e locais, reforçando assim, o enfoque territorial que potencializa o exame dos aspectos circundantes dos indivíduos, famílias e comunidade.
- B) Coloca a dimensão territorial apenas como referenciamento geográfico.
- C) A proteção social especial estrutura seus serviços em média e alta complexidade destinados a indivíduos ou grupos com direitos sociais violados e, cuja condição de pobreza, conduziram a situação de abandono, perda de vínculos familiares, situação de rua, exploração do trabalho infantil, dentre outros.
- D) A estruturação dos serviços não deve compor com outras políticas setoriais tais como, saúde, educação e habitação.
- E) O sistema não estabelece níveis de gestão e de co-responsabilidade das esferas de governo no financiamento da política de Assistência Social.
- 16) Em relação ao poder e suas mediações, entendidos no contexto de intervenção profissional, é INCORRETO afirmar que:**
- A) O poder simbólico exerce-se nas relações sociais, na capilaridade social, é constitutivo e constitui-se na dinâmica social.
- B) O espaço de disputa do poder simbólico se configura como um mercado, no qual os agentes sociais negociam sua mercadoria, ou seja, sua percepção e classificação do mundo.
- C) Políticas públicas são delineadas a partir das disputas de sentidos travadas pelos discursos que se pretendem hegemônicos, disputas que ocorrem em contextos institucionais que, como todo contexto, são modeladores dos sentidos.
- D) Relações de comunicação são, sim, de modo inseparável, relações de poder, que não dependem do capital simbólico dos agentes e instituições envolvidos.
- E) O poder que não pode ser considerado de forma desvinculada das estruturas materiais e institucionais da sociedade.
- 17) A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social e tem por objetivo:**
- A) A proteção exclusiva à velhice.
- B) O financiamento de seus serviços por toda a sociedade, de forma direta e indireta.
- C) A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
- D) A participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- E) A descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de Assistência Social.
- 18) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à Assistência Social. Em relação à seguridade social, é correto afirmar que:**
- A) Não é da competência do Poder Público organizar a seguridade social.
- B) Busca a universalidade em termos de cobertura e não de atendimento.
- C) Tem como objetivo a uniformidade e não a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- D) Será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de algumas contribuições sociais estabelecidas em Lei.
- E) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União.
- 19) A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) garante benefícios eventuais. Com relação a eles, é correto afirmar que:**
- A) A concessão e o valor dos benefícios serão regulamentados exclusivamente pelos Conselhos de Assistência Social dos municípios.
- B) Poderão ser estabelecidos benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária.
- C) São destinados a famílias com renda mensal por pessoa inferior a um salário mínimo.
- D) A concessão e o valor dos benefícios serão regulamentados exclusivamente pelos Conselhos de Assistência Social dos estados.
- E) Visam exclusivamente o pagamento de auxílio funeral.
- 20) Quanto ao planejamento em Serviço Social, é INCORRETO afirmar que:**
- A) Pressupõe seqüência no tempo, não se manifestando num dado momento, mas se realizando continuamente ao longo da história, atravessando estágios diversos.

CONCURSO PÚBLICO – CEPISA (COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ)

- B) As primeiras publicações de Serviço Social apresentavam a expressão “plano de tratamento”, que correspondia àquilo que se constituiria no resultado da ação de planejar com o usuário o processo para a solução da questão que ora se apresentava.
- C) As discussões em torno da questão do planejamento no Serviço Social tiveram seu início marcado e relacionado ao Encontro de Araxá, ocorrido em 1967, que reconheceu o planejamento como nível de intervenção do Serviço Social.
- D) Na ação planejada é a reflexão que garante a dimensão do real e permite ainda o caminhar por aproximações sucessivas onde a prática amplia os conhecimentos da realidade e, possibilita que se definam novos cursos de ação.
- E) Já nas elaborações do Serviço Social de caso, com *Mary E. Richmond* o planejamento era visualizado e adotado como método e instrumento.
- 21) Sobre a construção do padrão de cidadania, das políticas sociais brasileiras e da política de Assistência Social, é correto afirmar que:**
- A) A assistência, no período colonial, ficava por conta do governo dos estados.
- B) A Lei Elói Chaves de 1956, criou o primeiro sistema previdenciário brasileiro, com as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPS).
- C) Durante a ditadura militar vivenciamos a supressão dos direitos civis e políticos e sociais.
- D) Nos períodos nacional desenvolvimentista e populista presenciamos o alargamento dos direitos civis, políticos e sociais.
- E) Nos períodos nacional desenvolvimentista e populista foram marcantes o congelamento das políticas sociais e a manutenção do modelo de “cidadania regulada”.
- 22) Na qualidade de órgão executivo e de primeira instância, os CRESS, em suas respectivas áreas de jurisdição, tem competência para o exercício das seguintes atribuições, EXCETO:**
- A) Organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos.
- B) Fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região.
- C) Expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa.
- D) Zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunais Regionais de Ética Profissional.
- E) Fixar, em reunião executiva da regional, as anuidades que devem ser pagas pelos Assistentes Sociais.
- 23) Podemos afirmar que a organização da Assistência Social tem como base a seguinte diretriz:**
- A) A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- B) O amparo às crianças e adolescentes carentes.
- C) A promoção da integração ao mercado de trabalho.
- D) A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- E) A participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- 24) O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, cuja instrumentalidade consta da Norma Operacional básica 2005 (NOB SUAS), organiza os serviços sócio-assistenciais de acordo com as seguintes referências:**
- A) Voluntariado, assistencialismo e rede de apoio social e familiar.
- B) Vigilância social, proteção social e defesa social e institucional.
- C) Elegibilidade, focalização dos programas sociais e atuação em caráter emergencial.
- D) Primazia técnico-operacional, burocracia administrativa e centralização das ações de projetos sociais.
- E) Burocracia administrativa, voluntariado e focalização.
- 25) O Estatuto do Idoso define as obrigações das entidades de atendimento. NÃO representa uma destas obrigações:**
- A) Observar os direitos e garantias de que são titulares os idosos.
- B) Oferecer atendimento personalizado.
- C) Proceder o estudo social e pessoal para cada caso.
- D) Manter no quadro de pessoal profissionais com formação específica.
- E) Atuar como substituto processual do idoso em situação de risco, conforme disposto no art. 43º desta Lei.
- 26) O artigo 5º da Lei de Regulamentação da Profissão define atribuições privativas. Podemos afirmar que NÃO constitui atribuição privativa do Assistente Social:**
- A) Assumir a gestão de secretarias municipais de Assistência Social e/ou congêneres.
- B) Assumir, no magistério de Serviço Social, tanto em nível de graduação como de pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular.
- C) Dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação.
- D) Supervisionar estagiários de Serviço Social.
- E) Emitir parecer social.
- 27) Analise as afirmativas abaixo:**
- I.** A falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder.
- II.** A apreensão de adolescente e o local onde ele se encontra recolhido devem ser comunicados imediatamente à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.
- III.** Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.
- IV.** Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.
- Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):**

CONCURSO PÚBLICO – CEPISA (COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ)

- A) I, II, III e IV B) I e IV C) I, II e III D) II E) N.R.A.
- 28) **Uma visão heróica do Serviço Social reforça unilateralmente a subjetividade dos sujeitos e sua vontade política sem confrontá-la com as possibilidades e limites da realidade social. A antítese desta perspectiva distorcida da realidade é o:**
- A) Humanismo. B) Utilitarismo. C) Messianismo. D) Fatalismo. E) Messianismo utópico.
- 29) **São princípios norteadores do Código de Ética profissional, EXCETO:**
- A) Ampliação e consolidação da cidadania.
B) Defesa do aprimoramento da democracia restrita.
C) Posicionamento em favor da equidade e justiça social.
D) Garantia do pluralismo.
E) Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população.
- 30) **É considerada a matéria prima do trabalho do Assistente Social:**
- A) Manipulação. B) Questão social. C) Mercantilização. D) Ideologização. E) Mobilização popular.

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

- 31) **No Microsoft Excel 2003, a função “Média” retorna a:**
- A) Média aritmética dos argumentos que podem ser números ou nomes, matrizes ou referências que contêm números.
B) Média aritmética dos argumentos que podem ser somente números.
C) Média geométrica dos argumentos que podem ser números ou nomes, matrizes ou referências que contêm números.
D) Média ponderada dos argumentos que podem ser números ou nomes, matrizes ou referências que contêm números.
E) Média geométrica dos argumentos que podem ser somente números.
- 32) **No Microsoft Word 2003, junto à barra de rolagem horizontal (no canto inferior esquerdo da tela) são exibidos normalmente alguns ícones que possibilitam que o texto seja apresentado de formas ou modos diferentes. Assinale a alternativa que NÃO apresenta um modo correto:**
- A) Modo Normal. D) Modo de layout do texto.
B) Modo de exibição de layout da Web. E) Modo de estrutura de tópicos.
C) Modo de layout de impressão.
- 33) **A WWW (World Wide Web) ou simplesmente, Web é:**
- A) A parte *multimídia* da Internet. D) O mesmo que Extranet.
B) O mesmo que Internet. E) O mesmo que URL (Uniform Resource Locator).
C) O mesmo que Intranet.
- 34) **No Microsoft Windows XP e no Microsoft Windows 2000 para descobrir se alguém criou um arquivo no seu micro, por exemplo, basta pesquisar em:**
- A) “Ferramentas administrativas”, na entrada “Visualizar eventos” e seguir demais procedimentos pertinentes.
B) Somente no Microsoft Windows XP isto é possível desde que se siga os procedimentos descritos na alternativa A.
C) Somente no Microsoft Windows 2000 é possível, desde que se siga procedimentos descritos na alternativa A.
D) Em ambas versões do Microsoft Windows (XP e 2000) isto será possível, através da utilização de um programa/utilitário específico que pode ser obtido gratuitamente na Internet.
E) Apenas no Microsoft Windows XP isto é possível, sendo através de programas/utilitários específicos que consigam ler o log do sistema.
- 35) **Os programas de e-mail verificam periodicamente se existem novas mensagens em sua caixa postal. O período de verificação normalmente é de 30 minutos. No Outlook Express, se quisermos modificar este número, é necessário acionar:**
- A) No Outlook Express não é possível modificar este número.
B) No Outlook Express somente é possível modificar este número através de um utilitário que está disponível gratuitamente na Internet denominado SOS-Outlook.
C) Isto só será possível no programa de e-mail denominado Eudora.
D) Formatar/ Opções/ Geral e digitar novo valor no item Verificar se há novas mensagens a cada “X” minuto(s).
E) Ferramentas/ Opções/ Geral e digitar novo valor no item Verificar se há novas mensagens a cada “X” minuto(s).

LEGISLAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO

- * **Considere os itens das questões a seguir e assinale a alternativa correta, para cada questão, considerando o seguinte enunciado:**
- Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(s):**
- A) I B) I e II C) I e III D) II e III E) I, II e III
- 36) **Resposta: ()**
- I.** Segundo o Art. 32º da Lei 8.987/95 o poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes. Parágrafo único: A intervenção far-se-á por decreto do poder concedente, que conterà a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.
- II.** Segundo o Art. 33º da Lei 8.987/95 declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa. § 1º: Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem

CONCURSO PÚBLICO – CEPISA (COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ)

prejuízo de seu direito à indenização. § 2º: O procedimento administrativo a que se refere o "caput" deste artigo deverá ser concluído no prazo de até cento e oitenta dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção.

- III. Segundo o Art. 34º da Lei 8.987/95 cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

37) Resposta: ()

- I. Segundo o Art. 2º da Resolução 456 da ANEEL para os fins e efeitos desta Resolução são adotadas certas definições mais usuais, entre elas podemos citar: Grupo "A" – grupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão igual ou superior a 2,3 kV ou ainda, atendidas em tensão inferior a 2,3 kV a partir de sistema subterrâneo de distribuição e faturadas neste Grupo nos termos definidos no art. 82º, caracterizado pela estruturação tarifária binômica e subdividido nos seguintes subgrupos: a) Subgrupo A1 – tensão de fornecimento igual ou superior a 230 kV; b) Subgrupo A2 – tensão de fornecimento de 88 kV a 138 kV; c) Subgrupo A3 – tensão de fornecimento de 69 kV; d) Subgrupo A3a – tensão de fornecimento de 30 kV a 44 kV; e) Subgrupo A4 – tensão de fornecimento de 2,3 kV a 25 kV; f) Subgrupo AS – tensão de fornecimento inferior a 2,3 kV atendidas a partir de sistema subterrâneo de distribuição e faturadas neste Grupo em caráter opcional.
- II. Valor mínimo faturável é o valor referente ao custo de disponibilidade do sistema elétrico, aplicável ao faturamento de unidades consumidoras do Grupo "A", de acordo com os limites fixados por tipo de ligação.
- III. Tarifa binômica é o conjunto de tarifas de fornecimento constituído por preços aplicáveis ao consumo de energia elétrica ativa e à demanda faturável.

38) Resposta: ()

- I. Segundo o Art. 6º da Resolução 456 da ANEEL competirá à concessionária estabelecer e informar ao interessado a tensão de fornecimento para a unidade consumidora, com observância dos seguintes limites: I – tensão secundária de distribuição: quando a carga instalada na unidade consumidora for igual ou inferior a 75 kW; II – tensão primária de distribuição inferior a 69 kV: quando a carga instalada na unidade consumidora for superior a 75 kW e a demanda contratada ou estimada pelo interessado, para o fornecimento, for igual ou inferior a 2.500 kW; e III – tensão primária de distribuição igual ou superior a 69 kV: quando a demanda contratada ou estimada pelo interessado para o fornecimento for superior a 2.500 kW.
- II. Segundo o Art. 40º da Resolução 456 da ANEEL, a concessionária efetuará as leituras, bem como os faturamentos, em intervalos de aproximadamente trinta dias, observados o mínimo de vinte e sete e o máximo de trinta e três dias, de acordo com o calendário respectivo. § 1º: O faturamento inicial deverá corresponder a um período não inferior a quinze nem superior a quarenta e sete dias. § 2º: Havendo necessidade de remanejamento de rota ou reprogramação do calendário, excepcionalmente, as leituras poderão ser realizadas em intervalos de, no mínimo, quinze e no máximo, quarenta e sete dias devendo a modificação ser comunicada aos consumidores, por escrito, com antecedência mínima de um ciclo completo de faturamento. § 3º: No caso de pedido de desligamento, mediante acordo entre as partes, o consumo e/ou a demanda final poderão ser estimados com base na média dos três últimos faturamentos, no mínimo e proporcionalmente ao número de dias decorridos entre as datas de leitura e do pedido ressalvado o disposto no art. 48º.
- III. Segundo o Art. 57º da Resolução 456 da ANEEL, em caso de retirada do medidor, por período de até trinta dias para fins de aferição ou por motivo de deficiência atribuível à concessionária, o faturamento relativo a esse período será efetuado com base na média aritmética dos três últimos faturamentos. § 1º: Nos casos em que a unidade consumidora permanecer por mais de trinta dias sem o equipamento de medição, por qualquer motivo de responsabilidade exclusiva da concessionária, o faturamento deverá ser efetuado com base nos respectivos valores mínimos faturáveis fixados no art. 48º ou no valor da demanda contratada. § 2º: Não será aplicada a cobrança de consumo de energia elétrica e demanda de potências reativas excedentes nos faturamentos efetuados de acordo com o previsto no parágrafo anterior. § 3º: Tratando-se de unidade consumidora rural, sazonal ou localizada em área de veraneio ou turismo, a concessionária deverá efetuar o faturamento determinando os consumos de energia elétrica e as demandas de potência, se houver, com base em período anterior de características equivalentes.

39) Resposta: ()

- I. Segundo o Art. 25º da Lei 8.987/95 incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua esta responsabilidade.
- II. Segundo o Art. 27º da Lei 8.987/95 é admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, salvo se expressamente desautorizada pelo poder concedente.
- III. Segundo o Art. 26º da Lei 8.987/95 a transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente não implicará a caducidade da concessão.

40) Resposta: ()

- I. Segundo o Art. 2º da Lei 9.427/96 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.
- II. Segundo o Art. 7º da Lei 9.427/96 a administração da ANEEL será objeto de contrato de gestão, negociado e celebrado entre a Diretoria e o Poder Executivo no prazo máximo de noventa dias após a nomeação do Diretor-Geral, devendo uma cópia do instrumento ser encaminhada para registro no Tribunal de Contas da União, onde servirá de peça de referência em auditoria operacional.

CONCURSO PÚBLICO – CEPISA (COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ)

III. Segundo o Art. 9º da Lei 9.427/96 o ex-dirigente da ANEEL continuará vinculado à autarquia nos vinte e quatro meses seguintes ao exercício do cargo, durante os quais estará impedido de prestar, direta ou indiretamente, independentemente da forma ou natureza do contrato, qualquer tipo de serviço às empresas sob sua regulamentação ou fiscalização, inclusive controladas, coligadas ou subsidiárias.